

AGENDA LEGISLATIVA - 18 A 22/10/2021

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

PLENÁRIO - SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

20/10/2021 - QUARTA-FEIRA (16H)

1 - PROJETO DE LEI Nº 1.539, DE 2021- (Discussão, em turno único)

Altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009) para estabelecer nova meta de compromisso nacional voluntário e seu depósito junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pendente de parecer

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL, COM RESSALVAS.

ARGUMENTAÇÃO: As atuais NDC's brasileira já estão amparadas em um elevado nível de ambição diante da economia em desenvolvimento do Brasil. A proposta busca antecipar o cumprimento das metas e compromissos brasileiros referentes a emissões. Vale ressaltar que a legislação ambiental brasileira é uma das mais rígidas em vigor no mundo, e nesse sentido, entendemos que os atuais compromissos brasileiros já revelam a grande ambição do país em contribuir para a redução dos efeitos das mudanças climáticas no mundo. Seu enrijecimento poderia colocar em risco o desenvolvimento da economia brasileira.

RESULTADO: Aprovado, com acolhimento parcial das Emendas nºs 3 a 6, na forma das Emendas nºs 7 e 8, do Relator. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

2 - PROJETO DE LEI Nº 2.477, DE 2021 - (Discussão, em turno único)

Dispõe sobre as medidas de proteção ao trabalhador, em seu retorno, reinserção e continuidade no ambiente de trabalho, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pendente de parecer

Posicionamento FPA: CONTRÁRIO AO PROJETO

ARGUMENTAÇÃO: a proposta determina ao executivo a elaboração de NR (Norma Regulamentadora de Proteção ao Trabalhador) objetivando o retorno e reinserção gradual às atividades laborais em período de pandemia (Covid-19). Pela proposta a NR deve levar em consideração uma classificação de exposição (alto, médio e baixo), sendo obrigatório o estabelecimento de protocolos internos de segurança (o não atendimento incorre em multa: 1% do capital social). Em nosso entender, as empresas já atendem aos protocolos estabelecidos pelas autoridades, o que garante total segurança para os trabalhadores e consumidores. O estabelecimento de NR específica, acaba por descreditar as ações já existentes.

RESULTADO: Retirado de pauta.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

REUNIÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 21/10/2021

QUINTA-FEIRA (08h) - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Assunto: Debater a ameaça da falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022.

Participantes:

- Sérgio de Zen, Diretor-Executivo de Pol. Agrícola e Informações da Conab (Representado: MAPA);
- Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia - MME;
- José Carlos Polidoro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Antônio Galvan Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil.

Requerimentos de realização de audiência:

- REQ 11/2021 - CRA, Senador Zequinha Marinho;

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

REUNIÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 21/10/2021

QUINTA-FEIRA (08h) - Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Assunto: Debater sobre o estabelecimento de uma estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas, baseada na regulamentação dos artigos 6 e 9 do Acordo de Paris, a qual deverá ser apresentada pelo Governo Federal na COP 26, a ser realizada em Glasgow, Escócia, a partir de 31 de outubro de 2021.

Participantes:

- Ministro Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores;
- Marcelo Donnini Freire, Secretário Adjunto de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente;
- Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria;
- Natalia Braga da Graça Renteria, Gerente Técnica de Clima e Finanças Sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável;
- Eduardo Brito Bastos, Coordenador do Comitê Sustentabilidade e Bioeconomia da Associação Brasileira do Agronegócio.

Requerimentos de realização de audiência:

- REQ 56/2021 - CMA, Senador Jaques Wagner.

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

REUNIÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 22/10/2021

SEXTA-FEIRA (10h) - REMOTA

Assunto: Audiência pública com o objetivo de debater a pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul.

Convidados:

- Ademilson Zamboni Vice-Presidente da Oceana no Brasil
- Alexandre Carinha Novo Representante de: Sindicato dos Armadores de Pesca do Rio Grande do Sul - SINDARPES
- Gilmar da Silva Coelho Representante de: Federação das Colônias de Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul
- Luís Gustavo Cardoso Doutor em Oceanografia Biológica, professor e pesquisador na Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
- Jairo Gund Secretário-Adjunto de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Joab Hamilton da Costa - Coordenador Técnico da Associação dos Pescadores do Gravatá

Requerimentos de realização de audiência:

- REQ 40/2021 - CMA, Senador Lasier Martins e outros
- REQ 59/2021 - CMA, Senador Wellington Fagundes

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL - REUNIÕES DELIBERATIVAS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

DELIBERATIVA - 20/10/2021

QUARTA-FEIRA (10H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7

3 - PROJETO DE LEI Nº 135, DE 2020 - TERMINATIVO

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Posicionamento FPA: PELA REJEIÇÃO DO PROJETO (CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR).

ARGUMENTAÇÃO: Apesar de nobre objetivo, buscando aumentar a conservação na Amazônia, entende-se que, no Brasil, o que falta não são leis para proteção do bioma, mas sim, a aplicação do Código Florestal. A legislação brasileira é uma das mais protetivas do mundo, sendo que o instituto da Reserva Legal somente existe no Brasil e no Paraguai, estando ausente em todos os demais países. Em estudo apresentado recentemente pela NASA e o Serviço Geológico dos EUA, baseado em monitoramento por satélite, sobre as áreas cultivadas do planeta, foi constatado que a área de lavouras no Brasil corresponde a 63.994.479 hectares, apenas 7,6% do território, enquanto as nações que integram a União Europeia fazem uso de 45% a 65% de seu território para essa finalidade. A Amazônia representa hoje uma das principais florestas biodiversas do Brasil e do mundo, representando mais de 50% do território brasileiro e 59% do mesmo território quando levado em consideração a Amazônia Legal. A região conta com sérios problemas sociais, onde residem quase 20 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, bem como conflitos fundiários e exploração ilegal dos recursos naturais, entre outros, que ameaçam a segurança nacional e impedem o desenvolvimento sustentável na região. Essa situação deve-se à um problema de ocupação histórica e da falta de planejamento territorial e fundiário para a região. Dessa forma, grande parte dos desmatamentos ilegais ocorrem em áreas não destinadas, florestas públicas e terras devolutas, o que fortalece a necessidade de regularização.

RESULTADO: Retirado de pauta.

Observações: Retirado de pauta para realização de audiência pública.

5 - PROJETO DE LEI Nº 415, DE 2020 - TERMINATIVO

Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Posicionamento FPA: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: O estabelecimento de um Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) composto por representantes de entidades específicas não contribui para a pluralidade de interesses da sociedade. Ademais, por se tratar de conflito de interesses, a participação de doadores no conselho também não é algo positivo (Removido pelo relator). Por se tratar de um assunto que envolve a soberania brasileira, entendemos que a gestão do fundo deve estar diretamente ligada aos interesses do estado brasileiro, assim como a promoção das ações de mitigação de desmatamento, e de conservação da Amazônia. Essa é uma forma de evitar, a promoção de interesses externos ao Brasil, e garantir o atendimento do interesse nacional.

RESULTADO: Vista concedida.

6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 50, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre o Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e a implementação da unidade de conservação, principalmente as desapropriações acompanhadas das devidas indenizações.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

-

RESULTADO: Retirado de pauta.

-

7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 51, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 208/2018, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Retirado de pauta.

-

8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 54, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 135/2020, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento”.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

-

9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 57, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater soluções para os problemas de atraso no cronograma da obra do derrocamento do Pedral do Lourenço.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 58, DE 2021

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2021 - CMA, com o objetivo de instruir o PL 135/2020, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estabelecer que áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento” sejam incluídos os seguintes convidados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 59, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 40/2021 - CMA seja incluído um novo convidado.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

DELIBERATIVA - 21/10/2021

QUINTA-FEIRA (08H) - Anexo II, Ala Alexandre Costa, Plenário nº 13

1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12,

DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2021 - CRA (debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022) sejam incluídos convidados.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovado.

2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13,

DE 2021

Considerando a manifestação externa da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS MARGARIDA ALVES - ASPRUMA, por meio de requerimento de seu procurador a esta Comissão, relativa à necessidade de levantamento, para fins de regularização fundiária, da situação social, socioeconômica e ambiental dos agricultores da área denominada Margarida Alves II, na zona Rural do Município de Nova União do Estado de Rondônia. Considerando a situação de insegurança e vulnerabilidade das famílias nesta região, quanto à questão agrária e socioeconômica. Considerando a mútua cooperação republicana entre os poderes e a vinculação finalística entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento forneça informações sobre a regularização da situação das famílias na referida área, constante do processo administrativo SEI n.º 01094.000109/2019-26

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL

RESULTADO: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado.